



## EDITAL

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

#### TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02230001/2023

**A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DO CAMPESTRE**, nos termos da Lei nº 8.666, de 21.06.93, e alterações posteriores, torna público para conhecimento de todos os interessados que, às **09:00 h (nove horas)** do dia **29 de Março de 2023**, na sede da Prefeitura, situada à Edson da Gama Peixoto, s/n Centro, Campestre/AL, fará realizar **LICITAÇÃO**, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO sob o CRITÉRIO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL visando a contratação de empresa especializada para Executar Obras de Engenharia, conforme solicitação da FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, obedecendo rigorosamente aos termos, especificações, instruções e condições contidas neste Edital e seus Anexos. O presente Certame, e a contratação dele decorrente serão regidos em estrita observância às determinações da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como pela Lei Federal nº. 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões vinculadas ao CONFEA/CREA, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e pelas demais normas sobre licitação em vigor. Este Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados na Sede Administrativa do FME/AL, no horário das 08h00min às 13:00 horas, ou através de solicitação no e-mail: [licitacao@campestre.al.gov.br](mailto:licitacao@campestre.al.gov.br) e disponível no portal da transparência, até o penúltimo dia anterior à data estabelecida para realização do Certame.

#### **CADASTRAMENTO**

**ATÉ ÀS 12:00h (doze horas) do dia 24 de março de 2023 (parágrafo 2 do art. 22 da Lei 8.666/93).**

#### **RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS**

**ÀS 09:00H (nove) 29 de março de 2023**

### **1 - FUNDAMENTO LEGAL**

A presente Licitação reger-se-á pelas normas da Lei nº 8.666 de 21.06.93 e, alterações posteriores, demais Normas Jurídicas aplicáveis à espécie e por este Edital e seus Anexos.

### **2 - DO OBJETO**

**2.1** - Constitui objeto desta licitação, a contratação pela FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – AL, de empresa legalmente habilitada, para a execução dos serviços de **contratação de empresa sob forma de empreitada destinada a Reconstrução da Escola Francisca Barreto da Silva . Julgamento: menor preço por empreitada global, tudode acordo e na conformidade dos documentos constantes do projeto básico ( ANEXO I)** dos componentes deste edital - que, passam a fazer parte integrante e inseparável do presente instrumento convocatório.



**2.1.1** – Os serviços de que trata o item 2.1 obedecerão às condições e especificações técnicas previstas no Projeto Básico.

**2.2** – É obrigatório ao licitante fazer visita técnica, a ser realizada pelo(s) seu(s) Responsável(is) Técnico(s) ao local da obra, para tomar conhecimento dos seus serviços à serem executados, bem como de suas dificuldades de acesso e execução.

**2.3** – A visita técnica deverá ser até realizada no até o dia 27/03/2023 deveser ser agendada pelo e-mail **de Segunda a Sexta no horário de 08:00 as 12:00 ou E-mail licitação@campestre.al.gov.br**, no local da obra e por ocasião da mesma, as empresas receberão o Atestado de Visita assinado pela Secretaria de Infraestrutura, da FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – AL ou a Declaração que não fez a vistoria em papel timbrado, assinado pelo responsável legal. Este documento fará parte dos elementos a serem apresentados no envelope da HABILITAÇÃO, sob pena de desclassificação e deverá ser efetuada por responsável técnico junto ao CREA ou responsável Legal.

### **3 - DOS PRAZOS**

**3.1** - O prazo de validade da Proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados à partir da data de sua apresentação que, ocorrerá no dia e hora da sessão de abertura deste certame licitatório;

**3.2** - O prazo para a execução do objeto, será de 12 meses

**3.3** - A Licitante Vencedora do presente certame será convocada para assinar o Instrumento de Contrato, o que deverá fazê-lo no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados à partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, nos exatos termos do art. 64 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores

**3.4** - O prazo para o contrato do objeto será até 12 meses.

### **4 - DOS COMPONENTES DESTE EDITAL**

Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante e inseparável:

**4.1** – PROJETO BASICO completo (ANEXO I) CD

**4.2** - Minuta do Contrato (ANEXO II)

**4.3-** Modelo de Declarações (ANEXO III)

### **5 - DA DOCUMENTAÇÃO**

**5.1** - Os interessados em participar da sessão de abertura da licitação marcada para a data e local estipulados no preâmbulo do presente Edital, deverão cadastrar-se até 12:00h (doze horas) do dia 24/março/2023 na sede da Prefeitura setor de licitação, apresentando os documentos abaixo, para emissão do Certificado de Registro Cadastral – CRC pela CPL:

**5.1.1** - Registro Comercial, no caso de Empresa individual;

**5.1.2** - ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, com prova da Diretoria em exercício e, no caso das Sociedades por Ações, acompanhado de documento (ATA) de eleição de seus administradores;

**5.1.3** - Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



**5.1.4** - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral do Ministério da Fazenda (MF), conforme Instrução Normativa n.º 200 de 13/09/2002 da Secretaria da Receita Federal;

**5.1.5** - Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com OBJETO contratual;

**5.1.6** - Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do Licitante.

**5.1.7 - Certidão Negativa de Débitos com a fazenda pública municipal de Campestre/AL.**

**5.1.7.1 - A certidão Negativa de Débitos emitida pelo Setor de Tributos do Município em até 24 horas, após solicitação para empresas não cadastradas no referido órgão, empresas já cadastradas poderão obter a referida certidão através do site da Prefeitura Municipal de Campestre/AL. Para mais informações se dirigir ao setor de tributos ou através do e- mail: [dpucampestreal@gmail.com](mailto:dpucampestreal@gmail.com) .**

**5.1.8** - Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou da sede da Licitante;

**5.1.9** - Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social com a Fazenda Federal ( Certidão Negativa de Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais , administrados pela Secretaria da Receita Federal)

**5.1.10** - Prova de Regularidade relativa ao FGTS, através da apresentação do CRS- Certificado de Regularidade de Situação;

**5.1.11** - Prova de Regularidade para com a Ministério do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);

Toda a documentação a ser apresentada pelo Licitante, deverá obedecer rigorosamente aos seus respectivos prazos de validade. Para aquelas Certidões cujos prazos de validade não venham determinados, considerar-se-á o prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados e à partir da data de sua respectiva expedição/emissão; e poderão ser apresentadas em seu original, cópia autenticada por cartório ou cópia junto ao original que será autenticada pela CPL.

**5.2** – A Licitante cadastrada, no dia, hora e local previsto no preâmbulo deste Edital, deverá entregar os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e a PROPOSTA DE PREÇOS em envelopes/invólucros lacrados, contendo externamente o seguinte:

**ENVELOPE Nº 01  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - AL  
TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2023  
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**ENVELOPE Nº 02  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - AL  
TOMADA DE PREÇOS N.º001/2023  
PROPOSTA DE PREÇOS**



**5.3** – Poderão participar da presente Licitação as empresas que apresentarem os Documentos constantes do item 6, em original, cópias autenticadas por Tabelionato de Notas e/ou Cartórios outros, com competência e poderes para a prática desses atos (autenticações), ou ainda, Publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Essa mesma documentação poderá, ainda, ser apresentada também, através de cópias autenticadas pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO até as 12 horas do dia 24/03/2023, **mediante apresentação obrigatória e à vista dos seus respectivos originais. vedada e proibida a apresentação de documentos reproduzidos via fax simile.** Todos os Documentos apresentados pelos Licitantes, quer em originais, quer sob a forma de cópias, ficarão, obrigatoriamente, retidos no presente Processo, dele fazendo parte integrante e inseparável;

**5.4** – Não será concedido prazo adicional para apresentação de qualquer documento exigido no Edital, caso este não esteja disponível pela empresa Licitante no momento próprio, ou seja, acondicionados nos respectivos envelopes, na data e hora designadas e determinadas para a entrega, não sendo aceitos, também, protocolos ou documentos equivalentes, em substituição aos exigidos no presente instrumento;

**5.5** – Toda a documentação apresentada deverá obedecer, obrigatória e rigorosamente aos seus respectivos prazos de validade, estabelecidos em Legislação própria e neste Edital. Para as Certidões, cujos prazos de validade não venham determinados na Legislação própria e neste Edital, considerar-se-á o prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de sua expedição/emissão;

**5.6** – Em nenhuma hipótese será recebido qualquer documento, relacionado com a **Documentação (Habilitação)** ou **Proposta** após o prazo estabelecido e determinado para entrega;

## **6 - DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO**

### **6.1 - É VEDADA (proibida) a participação de empresas:**

**6.1.1** - Reunidas em CONSÓRCIO, qualquer que seja sua forma de constituição.

**6.1.2** - Licitantes que estejam declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal e/ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, estadual ou Municipal, pelo órgão que o praticou;

**6.1.3** - As pessoas enquadradas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

## **7 - DA HABILITAÇÃO**

A HABILITAÇÃO na presente **TOMADA DE PREÇOS**, será efetivada/feita, mediante a apresentação/entrega/comprovação dos DOCUMENTOS a seguir relacionados, relativos à **Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira.**

### **7.1 - Da Representação:**

**7.1.1** - As Empresas concorrentes poderão ser representadas, em todas as fases do Processo Licitatório, por seus Titulares, Diretores com poderes previstos em seus Estatutos para esse fim ou por Representantes legais, devidamente munidos de Instrumento de Mandato (Procuração Pública ou Particular), **com poderes especiais e específicos para a prática de quaisquer atos do procedimento Licitatório, inclusive aqueles relativos a Interposição e Desistência expressa de eventuais Recursos Administrativos;**



**7.1.2** - Os Titulares, Diretores ou os Representantes legais, portadores de Procuração (Instrumento Público ou particular), **deverão apresentar, antecipadamente**, esses documentos, comprovando sua condição à COMISSÃO DE LICITAÇÃO, acompanhados de sua cédula de Identidade ou documento equivalente, **obrigatoriamente e em separado** dos envelopes relativos a “ DOCUMENTAÇÃO “ e “ PROPOSTA “;

**7.1.3** - As Empresas que não se fizerem representar, nas condições e forma previstas nos itens 6.1.1 e 6.1.2, acima, não terão participação ativa durante a sessão, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todos e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações.

**7.1.4** - A não apresentação ou Incorreções no Instrumento de Mandato (Procuração Pública ou Particular), **não INABILITARÁ o LICITANTE** que, será considerado SEM REPRESENTANTE CONSTITUÍDO, participando, porém, de todas as fases do Processo, como OBSERVADOR;

**7.2 - Para Habilitação** na presente TOMADA DE PREÇOS, serão exigidos dos Licitantes interessados, exclusivamente a apresentação dos seguintes documentos relativos a:

#### **7.2.1 - Habilitação Jurídica**

**7.2.1.1** - Registro Comercial, no caso de Empresa individual;

**7.2.1.2** - ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, com prova da Diretoria em exercício e, no caso das Sociedades por Ações, acompanhado de documento (ATA) de eleição de seus administradores;

**7.2.1.3** - Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

#### **7.2.2 - Regularidade Fiscal:**

**7.2.2.1** - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), conforme Instrução Normativa n.º 200 de 13/09/2002 da Secretaria da Receita Federal;

**7.2.2.2** - Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual E Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com OBJETO contratual;

**7.2.2.3** - Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal

**7.2.2.3.1** – Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do Licitante.

**6.2.2.3.1.1** Certidão Negativa de Débitos com a fazenda pública municipal de Campestre/AL., A certidão Negativa de Débitos será concedida pelo Setor de Tributos do Município em até 24 horas, após solicitação para empresas não cadastradas no referido órgão, empresas já cadastradas poderão obter a referida certidão através do site da Prefeitura Municipal de Campestre/AL. Para mais informações se dirigir ao setor de tributos ou através do e- mail: [dpucampestreal@gmail.com](mailto:dpucampestreal@gmail.com) .

**7.2.2.3.2** – Os Licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município, deverão apresentar a Prova de Regularidade referente ao Município de Origem através de Certidões Negativas englobando todos os tributos.

**7.2.2.4** - Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou da sede da Licitante;





**7.2.2.5** - Prova de Regularidade relativa ao FGTS, através da apresentação do CRS-Certificado de Regularidade de Situação;

**7.2.2.6** - Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, administrados pela Secretaria da Receita Federal);

**7.2.2.7** - Prova de Regularidade para com O Ministério do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT);

**7.2.2.8** – ATESTADO DE VISITA TÉCNICA, espedida pela secretaria de infraestrutura do FME ou Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto ou de que realizou vistoria no local do evento caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este órgão.

**6.2.2.09** – Certificado de Registro Cadastral para esta Licitação emitido pela Comissão de Licitação da prefeitura da Campestre.

**6.2.2.10** - Para fins de obtenção dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 às Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), essa condição deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:  
– empresas optantes pelo Simples Nacional, regida pela Lei nº. 123/06:

a) comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, [www.receita.fazenda.gov.br/ALssoajuridica/simples/simples.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/ALssoajuridica/simples/simples.htm);

**6.2.2.11** - Os documentos relacionados no item 6.2.2.13, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº. 103, publicada no DO de 22/05/2007.

### **6.2.3 - Qualificação Técnica**

**6.2.3.1** - Comprovante de Registro/Inscrição da Pessoa Jurídica e do seu Responsável Técnico, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, do Estado de ALAGOAS - CREA/AL, ou de sua sede;

**6.2.3.2** - Declaração que a licitante disponibilizará para realização da obra profissional (ais) de nível superior registrado no CREA e detentor (es) de atestado (s) de responsabilidade, por execução de obra ou serviço de características semelhantes aos ora licitados;

**6.2.3.2.1** – No ato da assinatura do contrato cabe a licitante vencedora a comprovação do (s) profissional (ais) indicado (s) na Cláusula/item anterior de nº 6.3.3.2, acima, deverá (ão) ser (em) feita (s), mediante a apresentação (ões) de cópia do contrato de trabalho do Engenheiro (registrado no CREA) e da Carteira Profissional, no caso de empregado da empresa, ou através de registro (s) deste (s), como integrante (s) do quadro permanente da licitante, comprovado através do CRQ - Certidão (ões) de Registro de Quitação (ões), expedida pelo CREA, ou ainda, através da apresentação de cópia (s) do Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado no Órgão competente, nos casos de proprietários ou sócios. Os registros perante o CREA, deverão observar a Lei nº 5.194/66 e Resolução CONFEA nº 336/89; e

**6.2.3.2.2** - Todo (s) o (s) profissional (is) referido (s) nos subitens/cláusulas de nºs 6.2.3.2 e 6.2.3.2.1 que, for (em) indicado (s) como responsável (eis) técnico (s) para o objeto da



presente licitação, deverá (ão) declarar a autorização da inclusão (ões) de seu(s) nome (s) , como responsável (eis) técnico (s) da obra.

**6.2.3.3** - Demonstração de capacitação técnico-profissional da proponente dar-se-á mediante a comprovação de possuir, na data prevista para a entrega da proposta, profissionais de nível superior da área de Engenharia Civil ou Arquitetura e Urbanismo, vinculados a empresa, devendo apresentar:

I - Prova de registro dos seus responsáveis técnicos junto aos respectivos Conselhos.

II - Comprovação de vínculo do Responsável Técnico com a empresa, podendo ser na seguinte forma:

a) Cópia autenticada do Contrato Social da empresa, em se tratando de sócio; ou

b) Cópia autenticada CTPS, em se tratando de empregado da empresa; ou

c) Cópia autenticada do Contrato de Prestação de Serviço em se tratando de Prestador.

III - Comprovação da capacidade do corpo técnico por meio de atestado(s) ou certidão(s) de responsabilidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico (CAT), emitido pelo CREA/CAU competente, que comprove(m) ter o profissional responsável técnico executado ou participado de execução de obra ou serviço(s) equivalentes/semelhantes ao objeto da presente licitação, **cujas Parcelas de Maior Relevância são: Construção de Edificação, com no mínimo 669m<sup>2</sup>** (seiscentos e sessenta e nove metros quadrados ) de área construída;

**6.2.3.4 - Declaração formal e expressa do Licitante**, devidamente assinada, informando que:

**6.2.3.4.1** – Visitou ou não o local onde serão prestados/realizados os serviços, OBJETO da presente Licitação anexando atestado previsto no item 2.3;

**6.2.3.4.2** – Foi prévia e plenamente informado, recebendo, inclusive, todas as informações necessárias sobre todos os aspectos indispensáveis à execução do OBJETO, tendo inclusive recebido também, todos os documentos pertinentes;

**6.2.3.4.3** - Dispõe de toda a infra-estrutura necessária e adequada à realização/execução integral dos serviços OBJETO do presente Processo Licitatório, dentre elas, instalações, aparelhamento, ferramental, pessoal técnico adequado e disponível;

**6.2.3.4.4** - Não existem fatos impeditivos, quanto a sua HABILITAÇÃO, PARTICIPAÇÃO e CONTRATAÇÃO, com esta FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ou com quaisquer outros Órgãos da Administração Pública, comprometendo-se, a manter-se, nessa mesma condição, até o término da Contratação;

**6.2.3.4.5** - Desconhece, sob as penas da Lei e até a presente data, da existência de fato ou motivo superveniente quanto a sua HABILITAÇÃO no presente certame;

**6.2.3.4.6** - Aceita, nas mesmas condições de sua PROPOSTA, os acréscimos, ou supressões, permitidos em Lei, dos quantitativos que porventura se fizerem necessário, a exclusivo critério da FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ;

**6.2.3.5** – As DECLARAÇÕES solicitadas no ITEM 6.2.3.4, acima, poderão ser apresentadas em um só e único documento/declaração, desde que mencionado, obrigatoriamente, o expresso em todos os subitens acima enumerados/indicados ( do 6.2.3.4.1 ao 6.2.3.4.6 ).

**6.2.3.6** - Toda a documentação relativa a HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL e QUALIFICAÇÃO TÉCNICA a ser apresentada pelo Licitante, deverá obedecer rigorosamente aos seus respectivos prazos de validade. Para aquelas Certidões cujos prazos de validade não venham determinados, considerar-se-á o prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados e à partir da data de sua respectiva expedição/emissão;

## **6.2.4 - Qualificação Econômico-Financeira**

**6.2.4.1** - Certidão(ões) Negativa(s) de Pedido de Falência E/ou Concordata expedidas



pelo TJ- Tribunal De Justiça.

**6.2.4.2** - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício social 2018, já exigível e apresentado, conforme Leis nº 11.638, de 28/12/2007 e 11.941, de 27/05/2009, notadamente ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC- T2.1 e NBC T3-Resoluções CFC 563/83 e 686/90 respectivamente), além de conter os termos de abertura e de encerramento do livro diário. O balanço deverá comprovar a boa situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Observações: serão considerados e aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

**6.2.4.2.1** - Sociedades regidas pela Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Lei das Sociedades Anônimas:

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**6.2.4.2.2** - Sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**6.2.4.2.3** - Lei no 123, de 05 de dezembro de 2006 – 14 de dezembro de 2006 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte:

- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**6.2.4.2.4** - Sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópias do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

**6.2.4.2.5** - Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, o Município de Toritama se reservará ao direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito, para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelas licitantes;

**6.2.4.2.6** - Quando se tratar de empresa com menos de 01 (um) ano de atividade, o balanço a ser apresentado será o Balanço de Abertura, devidamente assinado pelo titular ou representante legal da empresa e pelo Contador, autenticado na junta comercial da sede ou domicílio do licitante;

**6.2.4.2.7** - Serão consideradas INABILITADAS, as empresas Licitantes que, não comprovarem a sua boa situação, promovendo-se, essa comprovação - da sua boa situação financeira, através da obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Liquidez Corrente (ILC), Grau de Endividamento (GE) resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

**ILG – ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:  $\geq 1,00$**

**ILG =  $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$**

**ILC – ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE:  $\geq 1,00$**

**ILC =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$**





## PASSIVO CIRCULANTE

**GE – GRAU DE ENDIVIDAMENTO:  $\leq 1,00$**

**GE= PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO  
ATIVO TOTAL)**

**6.2.4.2.8** – Os cálculos acima deverão ser efetuados por contador registrado no CRC.

**6.2.4.3** - Com fundamento no art. 31, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, os licitantes deverão prestar garantia da proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação, ou seja, R\$ 22.867,58 (vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais, cinquenta e oito centavos). Para tanto deverão apresentar documento comprobatório da referida prestação de garantia da proposta, juntamente com a documentação de habilitação.

**6.2.4.4** A proponente poderá optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme previsto no art. 56, da Lei 8.666/93. Em caso de caução em dinheiro a proponente deverá entrar em contato com a Tesouraria para obtenção dos dados bancários (fone: 49-3623 0161, e-mail: tesouraria@descanso.sc.gov.br).

**6.2.4.5** Não será devolvida a caução do licitante vencedor que, por qualquer motivo:

**6.2.4.6** a) Retirar sua proposta durante o período de validade da mesma; ou b) For notificada da aceitação de sua proposta pela Entidade de Licitação durante o período de validade da mesma, e deixar de assinar o Contrato de acordo com o Edital;

**6.2.4.7** O prazo de validade da garantia terá, no mínimo, o mesmo prazo de vigência da proposta, mencionado neste Edital, podendo ser solicitada a prorrogação por meio de comunicação do Município à Licitante, sendo o valor restituído após decorridos esses prazos.

**6.2.4.8** - Os Licitantes que não atenderem às exigências Legais previstas neste capítulo, serão considerados INABILITADOS, ficando excluídos das fases subseqüentes desta Licitação, tudo de acordo e conforme preceitua o Parágrafo 4º do Art. 41 da Lei nº 8666/93, atualizada pela Lei nº8883/94 e alterações posteriores (“ A INABILITAÇÃO DO LICITANTE IMPORTA PRECLUSÃO DO SEU DIREITO DE PARTICIPAR DAS FASES SUBSEQUENTES”).

**6.2.4.9** - Os Licitantes que não atenderem às exigências Legais previstas neste capítulo, serão considerados INABILITADOS, ficando excluídos das fases subseqüentes desta Licitação, tudo de acordo e conforme preceitua o Parágrafo 4º do Art. 41 da Lei nº 8666/93, atualizada pela Lei nº8883/94 e alterações posteriores (“ A INABILITAÇÃO DO LICITANTE IMPORTA PRECLUSÃO DO SEU DIREITO DE PARTICIPAR DAS FASES SUBSEQUENTES”).

**6.2.4.10**

## **8 - DAS PROPOSTAS**

A proposta de cada Licitante deverá ser datilografada ou impressa por qualquer meio eletrônico ou eletromecânico, em papel timbrado da Licitante, redigida em linguagem clara, em português, sem emendas, borrões ou rasuras, devidamente datada e assinada em sua última folha, rubricadas todas as demais, contendo as indicações dos respectivos preços unitários e totais este último, em algarismos e por extenso, arredondamento de planilha no valor Unitário e total com BDI e valor global em duas casas decimais Formula =arred(valor;2), devendo ainda:

7.1- A Documentação pertinente ao Envelope “B” – Proposta(s) de Preço(s) – deverá ser



impressa para cada item separado em papel timbrado, por processo mecânico ou informatizado, devidamente numerada, rubricada e assinada pelo titular da empresa ou representante legal, contendo obrigatoriamente as peças adiante relacionadas:

7.1.1- Carta-Proposta para o(s) serviço(s) de engenharia que a licitante pretende concorrer, da qual constarão, necessariamente, os seguintes elementos:

- a. Preço global da proposta, em algarismo e por extenso, de acordo com a planilha orçamentária, expresso em Real (R\$);
- b. Prazo de execução dos serviços de engenharia;
- c. Prazo de validade da proposta que deverá ser no mínimo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de entrega da mesma;
- d. Indicação do nome, CPF/MF e cargo na empresa, do responsável legal que deverá assinar o contrato caso seja vencedora.

e. Declaração de que todas as despesas decorrentes da elaboração da(s) proposta(s) correm por conta da licitante, não lhe cabendo direito a indenização de qualquer natureza.

7.1.2- Planilha(s) Orçamentária(s), para o serviço(s) na(s) qual(is) a licitante apresenta proposta, elaborada(s) segundo modelo(s) fornecido(s), que constarão todos os preços unitários e totais, incluindo todas as despesas diretas e indiretas correspondentes, bem como o preço global para a sua execução.

7.1.3- Cronograma(s) físico(s)-financeiro(s) do(s) serviço(s) pelo(s) qual(is) a licitante pretende concorrer:

- a. Pelo sistema de barras, a evolução física do(s) serviço(s) ao longo do prazo de execução;
- b. em percentuais do valor total da proposta;
- c. valor do faturamento mensal previsto;

d. valor acumulado do faturamento previsto, ao longo da execução do(s) serviço(s) de engenharia.

7.1.4- Planilha especificando a composição unitária dos preços de forma detalhada (Memória de Cálculo).

7.1.5- A proponente deverá apresentar detalhada composição de preços unitários que demonstrem a viabilidade técnica e econômica dos valores propostos para o(s) serviço(s), assim como demonstrativo dos encargos sociais de mão-de-obra aplicado nas composições dos mesmos e da composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas).

7.2- Declaração de que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas, diretas e indiretas, bem como quaisquer outras necessárias à total e perfeita execução do(s) serviço(s) objeto desta licitação, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante, salvo se decorrente de projeto, obra ou serviço não incluso neste Edital.

7.3 Ocorrendo divergência entre os valores dos preços unitários e os totais resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros. No caso de discrepância entre valores expostos em algarismos e as correspondentes indicações por extenso, dar-se-á prevalência a estes últimos;

7.4- Em hipótese alguma será admitido “jogos de planilha”, devendo o preço praticado em cada item de serviço estar menor ou igual ao orçado pelo município;

7.5- A proposta que apresentar valor global menor ou igual ao global estimado, e conter item com valor acima do orçado será desclassificada.

7.6 - Para composição do BDI, deve-se levar em consideração que o ISS cobrado pela Prefeitura da Campestre é de **5% (cinco por cento)** do valor dos serviços.

7.7 – Do valor total da proposta deverá ser abatido o valor do material a ser utilizado para se obter o valor dos serviços nos quais incidirão a alíquota do ISS.

**7.8 - O valor máximo estimado e máximo aceitável desta licitação é de R\$ 2.286.757,64 (dois milhões, duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).**



## **9 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

**9.1** - Após a análise dos documentos e seleção dos Habilitados e em havendo RENÚNCIA expressa para Interposição de Recursos, serão as Propostas dos Habilitados abertas pela Comissão e lidas perante os presentes, devendo cada um rubricar todas as folhas de Documentação e Propostas, na presença dos membros da Comissão, que também as rubricarão o que deverá ser registrado na Ata mencionada na Cláusula/Item 8.3;

**9.2** - As Propostas depois de apresentadas, não poderão sofrer acréscimos ou retificações;

**9.3** - Da(s) reunião(ões) de Abertura(s) dos Envelopes contendo as Documentações e Propostas de Preços, lavrar-se-ão em Atas circunstanciadas que, deverão constar todas as ocorrências, devendo esta(s) serem assinadas pelos Licitantes presentes e por todos os Membros da Comissão de Licitação, de acordo com o § 1º do art. 43 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores, ficando sem efeito as Declarações feitas após sua lavratura;

**9.4** - Desde que julgue necessário, a Comissão de Licitação poderá solicitar Parecer Técnico sobre as propostas apresentadas, ou promoverá diligências.

## **10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DO SORTEIO**

**10.1** - O critério de julgamento das Propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL (somatório de todos os preços parciais dos serviços resultantes da multiplicação dos preços unitários constantes da planilha por cada quantitativo) ofertado/cotado para a execução integral do objeto do presente processo Licitatório:**

**10.2** - De acordo com o previsto e estabelecido nos artigos: art. 40, Inc. X, art. 44, § 3º e art. 48, Incisos I e II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ficam definidos, a seguir e, para todos os fins e efeitos, os critérios de aceitabilidade dos preços:

**10.2.1** - Será desclassificada a Proposta que apresentar preço GLOBAL superior ao preço de referência da FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, constante do ANEXO I;

**10.2.2** - Para as propostas cujos os preços unitários sejam considerados inexequíveis, a CPL poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos comprobatórios de sua exequibilidade.

**10.2.2.1** - Considerar-se-ão, preços manifestamente inexequíveis, aqueles cujos os valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) dos seguintes valores:

**10.2.2.1.1** - média aritmética de cada uma dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do respectivo valor orçado pela FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

, constante do ANEXO I; ou

**10.2.2.1.2** - valor orçado pela FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**10.2.2.1.2.1** - Entende-se por valor orçado pela PREFEITURA DA CAMPESTRE, o somatório dos preços unitários orçados pela FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

**10.3** - Das Licitantes Classificadas na forma do subitem/subcláusula anterior, cujo valor da Proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se refere as alíneas

10.2.2.1.1 e 10.2.2.1.2, acima, será exigido, para a assinatura do contrato, a prestação de garantia adicional, dentre aquelas previstas no § 1º do art. 56 da Lei de nº 8.666/93, igual essa garantia adicional, a diferença entre o valor resultante do subitem anterior e o valor efetivo da proposta;

**10.4** - Os documentos mencionados no subitem/cláusula de nº 9.2.2, deverão incluir, composições de preços bem detalhadas, cotações de materiais, com a indicação dos prováveis fornecedores, BDI adotado, especificações dos materiais, justificativas e esclarecimentos que demonstrem a exequibilidade dos preços cotados/orçados;

**10.5** - Verificada a exequibilidade e viabilidade da Proposta, através de Parecer



conjunta da Secretaria Municipal de Infraestrutura desta Comissão de Licitação, será a mesma admitida a julgamento. Caso o parecer acima, não determine a exequibilidade e viabilidade da Proposta, será a mesma Desclassificada;

**10.6** - Nos casos de igualdade de condições, entre duas ou mais Propostas, a Comissão adotará, obrigatoriamente, como critério obrigatório de desempate o SORTEIO, dentre os Licitantes que tiverem as suas propostas empatadas, SORTEIO esse a ser realizado, obrigatoriamente, em ato público para o qual todas as Licitantes participantes serão convocadas;

**10.7-** As PROPOSTAS serão classificadas por ordem numérica crescente, à partir daquela que apresentar o MENOR PREÇO, para a execução do Objeto do presente Processo, sendo este considerado como o somatório de todos os Preços Unitários cotados/ofertados/orçados e , aceitos por esta Comissão de Licitação , na forma do estabelecido e determinado do item/cláusula de nº 10.2 deste edital Convocatório, sendo considerada vencedora do presente certame, a proposta que se apresentar com todas as disposições deste Edital e de seus anexos e, ofertar o menor preço global;

**10.8** - Feita a classificação , na forma estabelecida no item/cláusula de nº 9.7 , acima , a Comissão Licitação desta FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO , encaminhará a SR.. Prefeita do Município para Homologação.

**10.9-** O Resultado do julgamento desta Comissão de Licitação , somente será considerado definitivo , após a homologação do seu resultado, pelo Sr. Prefeito do Município.

**10.10** - Não serão consideradas as Propostas que oferecerem quaisquer vantagens não previstas neste edital Convocatório, nem aquela que oferecerem redução sobre a de menor preço, sendo, também, DESCLASSIFICADAS as PROPOSTAS que, não atenderem às todas as exigências deste EDITAL, ou aquelas que vierem a apresentar, preços unitários ou por itens negativos, nulos ou iguais a zero, incompatíveis com os preços dos insumos, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Ato Convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, ressalvado o disposto nos itens/cláusulas de nºs 10.2.2 e 10.4;

**10.11-** Não serão aceitas propostas cujos preços unitários tenham em sua composição valores salariais menores que os estabelecidos pela convenção coletiva de trabalho da categoria e/ou legislação federal específica, para o caso dos profissionais liberais, acrescidas dos respectivos encargos sociais.

**10.12** - Não serão aceitas propostas que em sua composição de BDI não obedeçama legislação tributária vigente.

**10.13** - **É facultada à COMISSÃO, em qualquer das Fases do presente Processo, promover diligências, destinadas ao esclarecimentos ou complementação da Instrução do presente Processo;**

**10.14** - Quando todas as PROPOSTAS forem DESCLASSIFICADAS , a COMISSÃO poderá fixar à todas as Licitantes participantes , prazo de 08 ( oito ) dias úteis, conforme previsto na Legislação em vigor , para a apresentação de novas Propostas , escoimadas das causas aqui referidas ;

**10.15** – Ocorrendo erros aritméticos nas propostas, serão os mesmos corrigidos pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO , na forma abaixo indicada:

**9.15.1** - Havendo discrepância entre o valor grafado em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor grafado por extenso;

**9.15.2** – No caso de erro de transcrição da quantidade prevista para o serviço, a quantidade e o preço total serão retificados, mantendo-se inalterado o preço unitário;

**9.15.3** – no caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto da multiplicação será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade;





**9.15.4** – no caso de erro de adição, a soma será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

## **11 - DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO**

**11.1** - Concluído o Julgamento, no caso dos representantes dos licitantes não estarem presentes, a Comissão de Licitação desta FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, fará divulgar o Resultado do Julgamento da presente Tomada de Preços, conforme previsto no § 1º do art. 109 da Lei de nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou seja, no Diário Oficial AMA, Recurso Próprio.

## **12 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**12.1** - Durante o decorrer da presente Licitação e, de todos os atos e decisões desta CPL, decorrentes da aplicação Lei reitora dos procedimentos licitatórios e em que se fundamenta a presente, serão admissíveis e caberão recursos, esses no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura das Atas, nos casos de:

- I - Habilitação ou Inabilitação de participantes;
- II - Classificação ou Desclassificação de PROPOSTAS;
- III - Anulação ou Revogação da Licitação.

**12.2** - A intimação dos atos referidos acima, será feita mediante publicação na Imprensa oficial, salvo para os casos previstos nos subitem/cláusula 12.1, Incisos "I" e "II", se presentes os representantes legais das licitantes no ato em que foi adotada o julgamento e a decisão, quando a intimação, assim, poderá ser feita através e por comunicação direta aos interessados, lavrada a mesma em Ata;

**12.3** - Os recursos previstos no sub-item 12.1, Incisos "I" e "II" terão efeito suspensivo. A autoridade competente poderá ainda, motivadamente e, presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos recursos interpostos, na hipótese prevista no inciso III do sub-item/cláusula 12.1;

**12.4** - Interposto o Recurso, será comunicado o fato aos demais participantes, por escrito ou através de publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

**12.5** - O Recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, podendo esta reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado, devendo nesse caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade;

**12.6** - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os atos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

## **13 - DA HOMOLOGAÇÃO**

**13.1** - Julgados e Decididos todos os Recursos eventualmente interpostos pelos Licitantes, relativos às Propostas, o resultado, conforme já mencionado, será submetido a Sr. Prefeito do Município para a sua HOMOLOGAÇÃO.

**13.2** - A Licitante Vencedora, será convocada para assinar o respectivo instrumento contratual, no prazo previsto e determinado no item/cláusula de nº 3.3. deste Edital;

**13.3** - Quando a Licitante vencedora não assinar o termo do instrumento contratual ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo referido no item/cláusula anterior, fica facultado a PREFEITURA DA CAMPESTRE, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou ainda, revogar a presente licitação, independentemente de todas





as cominações legais previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores.

## **14 - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

14.1 - As Obrigações financeiras assumidas, correrão por conta do Recursos do Ministério e Recurso Próprio, na seguinte dotação orçamentária:

**Unidade – Secretaria Municipal de Educação**

**Classificação Funcional Programática 15.0100.12.361.00011.014 – CONSTRUÇÃO, REFORMA AMPLIAÇÃO**

**4.4.9.0.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES**

14.2 - Prevalecerá para todos os efeitos contábeis, a Dotação que vier substituir a apontada acima, devendo o empenho constar a Dotação específica.

## **15 - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

15.1 - A empresa classificada/vencedora, cuja Proposta tenha sido HOMOLOGADA pela SR. Prefeito da Campestre, assinará o Contrato, cujo modelo compõe o ANEXO II, deste

Edital, no PRAZO previsto e determinado no item/cláusula de nº 3.3, ou seja, em até 05 (cinco) dias, consecutivos, contadas à partir da data da convocação oficial para esse fim;

15.2 - O não comparecimento da Licitante vencedora, bem como a comprovação exigida no item 6.2.3.2.1 serão interpretados como desistência, cabendo então a convocação do segundo (a) colocado (a) e assim, sucessivamente, nos termos da Lei;

15.3 – O prazo de vigência do Contrato será de 8 (oito) meses contados da data de sua assinatura

14.4. – Será admitida sua prorrogação nas hipóteses previstas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores;

14.5 - Este Edital e seus anexos farão partes integrantes do contrato a ser assinado entre a FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a Licitante vencedora, no qual ficará estabelecido que o foro da Cidade da Campestre, será o único competente para dirimir todas e quaisquer dúvidas oriundas da interpretação dos termos contidos no instrumento contratual;

14.6 - Ficará a contratada na obrigação de providenciar, por sua conta e exclusiva responsabilidade e, em até 10 (dez) dias consecutivos, contados e à partir da assinatura do Instrumento Contratual, os seguintes documentos, **de caráter obrigatório** :

14.6.1 - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART/CREA/ AL ;

14.7 - Deverá a Licitante Vencedora/Contratada comprovar, no prazo máximo previsto no item/cláusula de nº 14.6 acima, junto à FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a emissão e existência dos documentos referidos no subitens/cláusulas anteriores.

## **16 - DO REGIME DE EXECUÇÃO/EMPREITADA**

16.1 - A Obra/Serviço, OBJETO do presente processo, será executada de forma indireta e, a empreitada será pelo regime de PREÇO EMPREITADA GLOBAL

## **17 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

17.1 - O Prazo para a execução integral, da obra/serviço, OBJETO do Presente Processo, conforme previsto na Cláusula de nº 03 - DOS PRAZOS, será de 12 meses contados da assinatura do contrato e ordem de serviço.

## **17- DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DA OBRA/SERVIÇO**

17.1 - O acompanhamento e fiscalização de toda a obra/serviço, OBJETO do presente



Processo, ficará a cargo da Secretaria de Infraestrutura e do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**. A fiscalização do fiel cumprimento e execução integral do contrato a ser firmado, designando-se, tantos funcionários/servidores (Engenheiros) quantos forem necessários, para esse fim.

### **18 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

Executado integralmente o Contrato, seu OBJETO será recebido:

**18.1** - Provisoriamente , pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado , assinado pelas partes , em até 15 (quinze) dias consecutivos da comunicação escrita da Contratada; e

**18.2** - Definitivamente , por servidor ou comissão designada pela autoridade competente , mediante termo circunstanciado , assinado pelas partes após o decurso do prazo de observação ou de vistoria , que comprove a adequação do OBJETO aos termos contratuais , prazo este não superior a 90 (noventa) dias.

### **19 - RESCISÃO CONTRATUAL**

**19.1** - Constituem motivos para a Rescisão do contrato os casos relacionados no art. 78 da Lei nº 8.666/93 , com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei nº 9.648/98 ;

**19.2** - Na hipótese de Rescisão contratual nas formas previstas nos incisos I a XI , art. 78 , da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores , terá a contratada direito , exclusivamente , ao pagamento dos serviços corretamente executados , perdendo ainda em favor da FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO , o valor das garantias contratuais , a título de pena convencional ;

**19.3** - Quando a Rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII , art. 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores , sem que haja culpa da Contratada , será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido , tendo ainda direito a :

**19.3.1** - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; e

**19.3.2** - Pagamento do custo de desmobilização.

**19.4** - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão , com as conseqüências contratuais previstas em Lei. Constituem motivo para rescisão do contrato , dentre outras :

**19.4.1** - O não cumprimento de Cláusulas contratuais , especificações , projetos ou prazos ;

**19.4.2** - O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais , especificações , projetos e prazos ;

**19.4.3** - Lentidão do seu cumprimento , levando a FME a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra , do serviço ou do fornecimento , nos prazos estipulados ;

**19.4.4** - Não iniciar o contratado os serviços , dentro do prazo de 48:00 (quarenta e oito) horas, contadas à partir da data de assinatura do Instrumento Contratual ou da emissão da Ordem de Serviços ;

**19.4.5** - Paralisação dos serviços/trabalhos por mais de 03 (três) dias consecutivos , sem justa causa e sem prévia comunicação à FME ;

**19.4.6** - A subcontratação total ou parcial do seu objeto , a associação do contratado com outrem , a cessão ou transferência , TOTAL OU PARCIAL, BEM COMO A FUSÃO , CISÃO OU INCORPORAÇÃO , NÃO ADMITIDAS neste Edital e no CONTRATO;

**19.4.7** - O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhamento e fiscalização da sua execução , assim como , aquelas emanadas de seus superiores;

**19.4.8** - O cometimento reiterado de faltas na sua execução , devidamente registradas e



anotadas no(s) Livro(s) de Ocorrência(s) da(s) Obra(s) ;

**19.4.9** - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil ;

**19.4.10** - A dissolução da sociedade ;

**19.4.11** - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa , que prejudique no todo ou em parte a execução do contrato ;

**19.4.12** - Razões de interesse público , de alta relevância e amplo conhecimento , justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato ;

**19.4.13** - A supressão , por parte da FME , de obras ou serviços , que venham a acarretar modificação do valor inicial do contrato além do limite de 25% do valor inicial do contrato ;

**19.4.14** - A suspensão de sua execução , por ordem escrita desta FME , por atraso superior a 15 (quinze) dias , salvo em caso de calamidade pública , grave perturbação da ordem interna ou guerra , ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo

, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações , mobilizações e outras previstas , assegurado ao contratado , nesses casos , o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação ;

**19.4.15** - A não liberação , por parte desta FME , de área , local ou objeto para execução da obra e/ou serviços , nos prazos contratuais ; e

**19.4.16** - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior , regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

## **20 - DAS OBRIGAÇÕES**

**20.1** – Das obrigações da Contratante:

**20.1.1** - É dever da **CONTRATANTE** obedecer fielmente às cláusulas avençadas neste contrato e às normas legais pertinentes e constantes da Lei nº 8.666/93, respondendo pelas conseqüências de sua inobservância total ou parcial, e mais:

**20.1.2** - Comunicar, através do órgão contábil competente, aos órgãos públicos incumbidos de arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, as características e os valores pagos referentes à liquidação mensal da despesa contratual;

**20.1.3** - Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, após a entrega da fatura, obedecendo ao disposto na cláusula quarta deste contrato.

**20.2** - Serão obrigações do Licitante vencedor:

**20.2.1** - A prestação e execução de todos os serviços , OBJETO do presente Processo , de acordo com a sua Proposta e , com as normas e condições previstas neste edital , inclusive com as prescrições do estatuto das Licitações e Contratos administrativos , respondendo civil e criminalmente , pelas conseqüências de sua inobservância total ou parcial ;

**20.2.2** - A total e integral responsabilidade pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros , decorrentes de culpa ou dolo na execução/prestação dos serviços , não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento da administração ;

**20.2.3** - A inteira e integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas , previdenciários , fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato ;

**20.2.4** - Manter-se , durante toda a execução do contrato , em compatibilidade com todas as obrigações assumidas e , com as condições de Habilitação e Qualificação exigidas neste Edital ;

**20.2.5** - Promover , desde que notificado para esse fim e , no prazo improrrogável de 24:00 hs ( vinte e quatro horas ) a substituição de PREPOSTO e/ou FUNCIONÁRIO , cujo procedimento e/ou comportamento , não estejam compatíveis com o exercício de suas funções ; e



**20.2.6** - Aceitar nas mesmas condições de sua Proposta, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessárias, permitidas na Lei , essas à exclusivo critério da FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .

## **21 - DO PAGAMENTO DAS FATURAS**

**21.1** - O pagamento dos serviços, de cada etapa, efetivamente executados será feito mediante medições mensais, em conformidade com o Cronograma Físico Financeiro, realizadas pela FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO , podendo haver variação nos quantitativos apresentados na planilha para mais ou para menos, obedecendo sempre e obrigatoriamente, os preços unitários apresentados na proposta.

**21.1.1** - Nos casos em que serviços excedentes ultrapassarem o preço final contratado, os mesmos serão objeto de termo aditivo, após parecer favorável da Fiscalização, devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e homologado pela SR.. Gestor do Fundo Municipal de Município, obedecido, obrigatoriamente, o limite estabelecido no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

**21.2** - Após a entrada no protocolo do FUNDO MUNICIPAL De EDUCAÇÃO DA CAMPESTRE, das faturas referentes aos serviços executados e medidos, as mesmas deverão receber o parecer favorável da Fiscalização, após o que serão encaminhadas à Secretaria de Infraestrutura para aprovação e autorização do pagamento, sendo, encaminhadas, com o Parecer favorável da Fiscalização e aprovação, à Secretaria Municipal de Finanças que as processará.

**21.3** - O pagamento dos serviços executados será efetuado pela Secretaria de Finanças do Município, à Contratada, após apresentação dos originais e entrega de cópias autenticadas dos seguintes documentos:

**21.3.1** - Guias de Recolhimentos da Previdência Social - GRPS do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS , correspondente às obrigações sociais do pessoal empregado na execução da obra objeto deste Edital , relativa ao mês de competência anterior ao do pagamento , devidamente quitada ; e

**21.3.2** - Folha de pagamento relativa ao pessoal empregado na execução da obra objeto deste Edital, correspondente ao mês de competência anterior ao pagamento.

**21.4** - A FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO efetuará o pagamento das mencionadas faturas com Recurso Próprio.

**21.5** - Caso ocorram serviços extras, assim entendidos aqueles não orçados na planilha original, estes deverão ser objeto de termo aditivo, objeto de Parecer favorável da Secretaria de Infraestrutura e homologado, pela SR.. Prefeito do Município. Os mesmos só serão autorizados os pagamentos quando previamente justificados pelo Engenheiro Responsável pela Fiscalização da Obra/Serviço e , aceita a justificativa pela já citada Secretaria de Infraestrutura a seu critério exclusivo.

**21.5.1** - Uma vez autorizado o pagamento de serviços extras nas condições acima especificadas, o (s) preço (s) dos mesmos deverão ser correspondente (s) ao (s) previsto (s) na tabelas utilizadas na composição dos preços do orçamento básico , para o respectivo mês de sua execução, acrescido do BDI da licitante vencedora , caso este percentual tenha sido aplicado aos preços Propostos , obedecido o limite estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei nº 8.883 de 08 de junho de 1994 e pela Lei 9.648 de 27 de maio de 1998. Na ausência desses preços nas tabelas utilizadas, a FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO , fará a composição dos mesmos , sobre eles incidindo o BDI da licitante vencedora ; e

**21.5.2** - O BDI de cada licitante deverá ser destacado expressamente em sua proposta de preços.





## **22 - DAS PENALIDADES**

**22.1** - Aplicar-se-á à contratada multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato pelo não atendimento dos prazos fixados neste Edital, ou pelo inadimplemento de qualquer obrigação contratual, assegurada ampla defesa, devendo o valor da multa, ser recolhido à FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no prazo de 03 (três) dias, contados à partir da data da notificação da penalidade, sem prejuízo de qualquer outra cominação previstas neste Edital, no Instrumento Contratual ou na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, multa moratória essa, por dia de atraso na execução dos serviços.

**22.2** - Em caso de Rescisão contratual, por culpa ou dolo da contratada, será aplicada à mesma, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, independente das penalidades previstas em lei;

**22.3** - Qualquer contestação por parte da Contratada, relativa a aplicação de multas, oriundas do descumprimento do edital, do Contrato e da Lei nº 8.666/93, deverá ser feita, obrigatoriamente, por escrito;

**22.4** - Se a Licitante vencedora deixar de cumprir, os compromissos relativos aos prazos de validade da proposta ou os concernentes às especificações e condições preestabelecidas, a FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME poderá optar pela convocação das demais propostas, obedecidas sucessivamente a ordem de classificação, ou pela realização de novos Processos Licitatórios;

**22.5** - Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do contrato, poderão ainda ser aplicados à Contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

**22.5.1** - Advertência por escrito;

**22.5.2** - Suspensão temporária do Cadastro de Fornecedores junto a FME; e

**22.5.3** - Declaração de inidoneidade, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

**22.6** - Antes da aplicação de qualquer penalidade previstas neste Instrumento Convocatório à Contratada, ser-lhe-á assegurada, nos termos da Legislação Reitora dos procedimentos Licitatórios, a mais ampla defesa.

## **23 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**23.1** - A Contratada é a única e exclusiva responsável por todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

**23.2** - Todos os serviços previstos na planilha orçamentária, deverão ser executados de modo a possibilitar seu funcionamento imediato;

**23.3** - A Contratada reconhece o direito da FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de paralisar a qualquer tempo ou suspender a execução dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos trabalhos/serviços já executados, obedecendo a legislação em vigor.

**23.4** - A contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados à FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ou a terceiros, na execução dos serviços contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições isentando, desta forma, a FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de todas e quaisquer reclamações pertinentes à esse incidentes;

**23.5** - O material usado no barracão da obra, deverá ser devolvido à FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, obrigatoriamente e através de protocolo assinado pelo Engenheiro Fiscal, ao término da mesma;

**23.6** - A contratada é obrigada e às suas expensas, a comprar e manter na obra livro(s) de ocorrências, APROVADO(S) E RUBRICADO(S) pelo Secretário de Infraestrutura da FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, onde serão anotados quaisquer alterações ou





ocorrências, não sendo tomadas em consideração pela FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, quaisquer eventos e/ou reclamações ali não registradas ;

**23.7** - A Contratada obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados , cabendo-lhe a integral e exclusiva responsabilidade por quaisquer danos ou perdas que os mesmos venham a sofrer , obrigando-se até a entrega final , como fiel depositária dos mesmos ;

**23.8** - A Contratada deverá confeccionar e colocar, as suas expensas, placas indicativas da obra, conforme modelos a lhes serem fornecidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPESTRE ;

**23.9** - Deverão estar diluídos nos preços unitários da obra , os serviços de vigilância , até a sua entrega provisória ;

**23.10** - As obras objeto deste Edital serão regidas pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT , além das demais especificações técnicas dos serviços , contidas no Edital e seus anexos ; e

**23.11** - A presente Licitação somente poderá ser REVOGADA por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado , pertinente e suficiente para justificar tal procedimento , devendo ser anulada por ilegalidade , de ofício ou provocação de terceiros , mediante parecer escrito e devidamente fundamentado , nos termos das determinações expressas no art. 49 da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 , alterada pela Lei nº 8883/94 de 08 de junho de 1994 e pela Lei nº 9.648/98 de 27 de maio de 1998 ;

**23.12** - Os casos omissos neste EDITAL e aqueles que digam respeito ao interesse da FME, serão resolvidos pela Prefeita do Município , na conformidade do disposto na Lei nº 8.666/93 , de 21.06.93 , alterada pela Lei nº 8883/94 , de 08.06.94 e pela Lei nº 9.648/98 de 27/05/98 ;

**23.13** - Decairá do DIREITO de Impugnar os Termos deste Edital, o Licitante que tendo-o aceito sem objeção , vier após julgamento desfavorável apresentar/apontar falhas ou irregularidades que o viciaria ;

**23.14** - Quaisquer esclarecimentos adicionais sobre a presente **TOMADA DE PREÇOS**, poderão ser obtidos junto a COMISSÃO DE LICITAÇÃO desta **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , localizada na Edson da Gama Peixoto, 40, Centro, Campestre/AL, ou ainda, e-mail [licitação@campestre.al.gov.br](mailto:licitação@campestre.al.gov.br), no horário compreendido entre 08:00 às 13:00hs; e Deverão ser observados os prazos e condições do art. 41 §§, 2º e 3º da Lei nº 8.666/93, no caso de impugnação deste Edital. A impugnação deve ser entregue diretamente à Comissão de Licitação no horário de expediente das 08:00 às 13:00 horas.

Campestre, 13 de março de 2023.

Maria Betânia Leite Valença  
Presidente da CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
Rua do Comércio, s/n | Centro | CEP 57.968-000 | CNPJ nº 30.711.612/0001-53

---

## **PARECER JURÍDICO DO EDITAL**

O Edital de Tomada de Preços nº 001/2023 atende o disposto na Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores.

Campestre, 09/03/2023



## Anexo II CONTRATO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº \_\_\_\_/2023 TP

Que entre si celebram:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente cadastrada no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato, representado pelo seu XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, e inscrito no CPFMF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX residente e domiciliado a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominado apenas de **CONTRATANTE**.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede comercial na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado por seu sócio Sr. XXXXXXXXXXXXXXX, (qualificação), residente e domiciliado em XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de agora em diante denominado **CONTRATADO**.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Constitui-se objeto do presente O OBJETO DESTA LICITAÇÃO SERÁ DESTINADO **contratação de empresa sob forma de empreitada destinada a Reconstrução da Escola Francisca Barreto da Silva . Julgamento: menor preço por empreitada global, tudo de acordo e na conformidade dos documentos constantes do projeto básico ( ANEXO I).** Julgamento: menor preço por empreitada global, tudo de acordo e na conformidade dos documentos constantes do projeto básico ( ANEXO I ). **Objeto constante do TP nº. 001/2023.**

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO INÍCIO DA OBRA E PRAZO DE EXECUÇÃO

A Contratada iniciará as obras após a assinatura do referido contrato e emissão da Ordem de Serviços emitida pelo Prefeito deste Município. O prazo de execução 12 MESES

### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

O preço global das obras é da ordem de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

### CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

A Contratada receberá os numerários conforme Boletim de Medição expedido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbano a, após o atesto da execução dos serviços e aprovado pela secretaria de Educação.

### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Os Recursos Financeiros para socorrer as despesas oriundas deste negócio jurídico serão as constantes do quadro:

**Unidade – Secretaria Municipal de Educação**  
**Classificação Funcional Programática nº**  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Categoria Econômica nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES**

As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, devidamente homologado, que passará a integrar este contrato para todos os fins legais.

## **CLÁUSULA OITAVA - DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE**

O regime jurídico que rege este acordo confere ao Município as prerrogativas constantes dos arts. 58, 77 e seguintes da Lei 8.666/93, as quais são reconhecidas pela Contratada.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Sem prejuízo das obrigações constantes na Lei 8.666/93, caberá à Contratada:

I - A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do presente Contrato, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93;

II - Nos termos do art. 70 da Lei 8.666/93, a Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

§ 1º - Obriga-se a Contratada a manter-se, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas bem como com todas as condições de habilitação exigidas na ocasião da licitação;

§ 2º - É expressamente vedada à Contratada a subcontratação no todo do objeto do presente acordo, podendo, no entanto, ocorrer a subcontratação de parte desse objeto à empresa(s) especializada(s), mantida, contudo, única, exclusiva e integral responsabilidade da empresa contratada sobre tal objeto. A subcontratação só será permitida desde que avaliada e autorizada previamente pela Contratante, sendo exigida a comprovação da viabilidade e necessidade da subcontratação e atestado de idoneidade da subcontratada.

III - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART/CREA/ AL

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes condições, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, com as alterações introduzidas por leis posteriores. I

- Pelo Contratante: a) Unilateralmente, em caso de inexecução do objeto contratado, bem como variação de interesse, nos termos do art. 58, I, c/c art. 79, I, da Lei 8.666/93. Não sendo permitida esta a Contratada, por tratar-se de preceito de ordem pública, em que se observa o interesse público, e atribuível, tão somente, ao Ente Federativo.

II - Por ambas as partes:

a) Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, tornando absolutamente inviável a execução do Contrato.

§ 1º - Na hipótese de rescisão contratual nas formas previstas nos incisos I a XI, art. 78 da



Lei nº 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, terá a Contratada direito, exclusivamente, ao pagamento dos serviços executados até a data da rescisão.

§ 2º - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais normas legais pertinentes, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES**

Se a contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I – Pela recusa em executar os serviços, caracterizado em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do bem ou serviço;

II – Pela demora em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas do serviço prestado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do bem recusado ou do valor do serviço, por dia decorrido;

III – Pela recusa da Contratada em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas no serviço prestado, entendendo-se como recusa a substituição do bem ou a prestação do serviço não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do bem ou serviço rejeitado;

IV – Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no Edital e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

§ 1º - As multas estabelecidas nos incisos anteriores podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

§ 2º - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

§ 3º - A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas neste acordo.

§ 4º - O valor da multa deverá ser recolhido à Tesouraria da SECRETARIA DE FINANÇAS DO FME - AL, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da notificação da penalidade.

§ 5º - Qualquer contestação sobre a aplicação de multas deverá ser feita por escrito.

§ 6º - Independentemente de cobrança de multas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ainda ser aplicadas à Contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- a) advertência por escrito;
- b) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o FME - AL pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- c) declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, Inc. IV da Lei 8.666/93 e demais normas legais pertinentes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE**

Conforme disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei 8.666/93, a publicação do presente instrumento será efetuada em extrato, no local de costume, até o 5º (quinto) dia útil de sua assinatura.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**





Nos termos do § 3º do Art. 55 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, no ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, tudo em conformidade com o disposto no Art. 63 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 1º - A Contratada reconhece o direito do FME - AL de paralisar a qualquer tempo ou suspender os serviços ou fornecimento, mediante o pagamento único e exclusivo dos serviços executados ou produtos já entregues.

§ 2º - A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao FME - AL ou a terceiros, quando da execução do Contrato, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o FME - AL de todas e quaisquer reclamações pertinentes.

§ 5º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% do objeto licitado, nos termos do §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, devendo este limite de percentual ser respeitado individualmente para cada item licitado e contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FÔRO

Fica eleito o fôro da cidade Porto Calvo, para dirimir as dúvidas oriundas do presente Contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de (02) duas testemunhas que também assinam, e se comprometem de boa fé a cumprirem o transcrito no presente pacto negocial.

CAMPESTRE - AL, em, xxx de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx de 2023.

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATANTE/FME

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL LEGAL  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_ RG n.º \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ RG n.º \_\_\_\_\_



### ANEXO III - DECLARAÇÕES

À  
Comissão Permanente de Licitação  
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CAMPESTRE/AL**

#### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO E APROVAÇÃO AS TODAS AS CLAÚSULAS DO EDITAL

Declaramos para os devidos fins, que estamos de acordo e aceitamos todas as condições estabelecidas para este Processo Licitatório – TP nº. \_\_, mais precisamente contidas no presente Edital.

Por ser verdade, firmamos a presente.  
Local e data

\_\_\_\_\_  
(Carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



À  
Comissão Permanente de Licitação  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CAMPESTRE/AL

### DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE EMPREGOS À MENORES

Pela presente, declaramos que não possui em nosso quadro de funcionários, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos(cumprimento do disposto no art. 7º. XXXIII, da Constituição Federal, conforme art. 27, V, da Lei nº. 8.666/93.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
(Carimbo e assinatura do representante legal da empresa)